

As profissões e a democracia¹

*Maria de Lurdes Rodrigues**

Resumo: Um dos grandes desafios atuais dos estudos sobre as profissões é a elucidação do sentido da sua articulação com o funcionamento dos regimes democráticos, por um lado, e a defesa do interesse público, por outro. O objectivo deste artigo é reflectir sobre esta ambivalência. Refletir sobre a (des)confiança social em relação às profissões que têm uma expressão maior em países como Portugal e o Brasil, talvez porque nestes o fenómeno das profissões regulamentadas esteve muito associado à construção dos regimes autoritários e corporativos, num passado ainda recente. Com a instauração dos regimes democráticos, as profissões, enquanto categoria social e económica, persistem como traço estrutural das nossas sociedades. E a pergunta muitas vezes colocada incide, justamente, sobre a compatibilidade das profissões – enquanto grupos de interesses fechados, estabelecendo monopólios e impedindo um acesso livre ao mercado de trabalho – com a democracia política.

Palavras-chave: Profissões; democracia; regulamentação profissional; interesse público; trabalho.

Abstract: One of today's greatest challenges in studies about professions is the understanding of their articulation with the functioning of democratic regimes, on one hand, and the protection of public interests, on the other. The aim of this article is to trigger a reflection on this bivalence; a reflection on the social (mis)trust in relation to professions which have a greater expression in countries like Portugal and Brazil, maybe because, in these countries, the regulated professions wave was tightly related to the construction of authoritarian and corporational regimes, in a still recent past. With the institution of democratic regimes, the professions, as social and economic categories, continue to be as a structural trait of our societies. And there is a frequently asked question, that is on the compatibility of the professions – as closed interest groups, establishing monopolies and blocking access to the job market – with political democracy.

Key words: Professions; democracy; professional regulation; public interest; work.

* Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia, do ISCTE, Lisboa, Portugal. Ministra da Educação do XVII Governo Constitucional de Portugal desde março de 2005.

1. Este artigo tem por base o texto de uma conferência proferida no dia 26 de outubro de 2004, na Faculdade de Educação da Unicamp, por ocasião do encerramento do curso sobre Sociologia das Profissões, ministrado no âmbito da Cátedra Brasil Portugal em Ciências Sociais, envolvendo a Unicamp (Brasil) e o ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Portugal). Agradeço à Profa. Lílana Segnini e à Prof. Aparecida Neri de Souza todo apoio e colaboração prestados durante a permanência na Faculdade de Educação, bem como o estímulo à elaboração do presente artigo.

Um dos grandes desafios actuais dos estudos sobre as profissões é a elucidação do sentido da sua articulação com o funcionamento dos regimes democráticos, por um lado, e a defesa do interesse público, por outro. Nesse sentido o título deste artigo poderia ser mais longo, referindo as profissões, a democracia e o interesse público.

Abbott, um dos autores contemporâneos da sociologia das profissões, abre o seu livro mais divulgado dizendo:

As profissões dominam o nosso mundo. São profissionais que tratam do nosso corpo e nos salvam a alma [têm a seu cargo a resolução de problemas da vida e da morte, da sobrevivência, da justiça, da riqueza e do bem-estar, do controlo dos riscos e das incertezas]. Entretanto as pessoas são, no geral, bastante ambivalentes no que respeita às profissões. Para uns [ou em algumas circunstâncias] valoriza-se o conhecimento dos profissionais e a sua competência na resolução de problemas concretos; para outros [ou em outras circunstâncias] a história das profissões resume-se a uma crónica lamentável de monopólio, privilégios e exploração (ABBOTT, 1988).

O objectivo deste artigo é reflectir sobre esta ambivalência. Reflectir sobre a (des)confiança social em relação às profissões que têm, em minha opinião, uma expressão maior em países como Portugal e o Brasil, talvez porque nestes o fenómeno das profissões regulamentadas esteve muito associado à construção dos regimes autoritários e corporativos, num passado ainda recente. Com a instauração dos regimes democráticos, as profissões, enquanto categoria social e económica, persistem como traço estrutural das nossas sociedades, com grande visibilidade pública. E a pergunta muitas vezes colocada tanto por cidadãos comuns como por sociólogos incide, justamente, sobre a compatibilidade das profissões — enquanto grupos de interesses fechados, estabelecendo monopólios e impedindo um acesso livre ao mercado de trabalho — com a democracia política. Como é que se combinam as várias liberdades — de acesso, de expressão, de associação, entre outras — com a necessidade de o Estado regulamentar as actividades e controlar a qualidade do serviço profissional e o equilíbrio de interesses?

Devo dizer, contudo, que a inspiração para o artigo fui buscá-la não a Abbott mas a Freidson, autor que, nos seus últimos trabalhos, tem vindo a defender a ideia de que as profissões podem ser importantes instituições de defesa dos regimes democráticos e do interesse público (FREIDSON, 2000; 2001).

Proponho, então, um desenvolvimento do tema em três tempos:

- 1) o primeiro tempo, sobre o crescimento do fenómeno das profissões em dimensão e em complexidade, isto é, o aumento do número de profissões e de

profissionais em geral, com referência às condições desse crescimento e às manifestações da difusão do profissionalismo;

- 2) o segundo tempo, sobre o clima, sobre o contexto social e cultural em que se processa tal crescimento, e em particular as críticas ao poder das profissões e as reacções a essas críticas;
- 3) o terceiro tempo, sobre a responsabilidade pública das associações profissionais, dos conselhos de fiscalização ou ordens profissionais, responsabilidade que não se esgota na definição de códigos deontológicos e disciplinares, antes passa, sobretudo, pelo controlo da sua efectiva aplicação.

○ crescimento das profissões e a difusão do profissionalismo

O fenómeno das profissões tem grande visibilidade social, surgindo quotidianamente na imprensa e outros meios de comunicação notícias sobre manifestações do profissionalismo, trazendo para o espaço do debate público questões, de diferente natureza, envolvendo profissões.

Nos últimos meses², num espaço de tempo relativamente curto, assistiu-se, através dos meios de comunicação, ao debate político sobre as iniciativas de regulamentação do acto médico, no sentido de alargamento e consolidação do monopólio dos médicos no mercado dos serviços profissionais de saúde, e sobre como essa iniciativa gerou conflitos com 13 outros grupos profissionais, forçosamente afectados por tais mudanças; assistiu-se à discussão sobre a proposta de alteração das regras respeitantes ao segredo profissional do código deontológico dos psicólogos, discussão que revela os conflitos entre valores profissionais no interior do próprio grupo profissional; puderam ser recenseados numerosos exemplos de grupos ocupacionais reclamando necessidades de formação formal e de desenvolvimento de competências para um exercício profissional em melhores condições de autonomia; observou-se o caso dos bailarinos, defendendo uma relação com o sistema formal de ensino que lhes permita estender o credencialismo baseado em diploma como modo de acesso à profissão (ao contrário, por exemplo, dos músicos). E, finalmente, verificou-se um enorme debate público sobre a iniciativa do Estado de criação de um conselho de fiscalização para a regulamentação profissional dos jornalistas, debate esse centrado nas questões da ética, dos valores da autonomia e da independência e da legitimidade dos mecanismos sociais de controlo e responsabilização.

O pano de fundo destas manifestações é, sem dúvida, o crescimento e a diversificação do fenómeno das profissões, ou seja, o aumento dos grupos ocupacionais

2. Os exemplos referidos foram recolhidos na imprensa brasileira pelos alunos de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp que seguiram o curso Sociologia das Profissões, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2004.

e o crescimento interno dos seus membros. Crescimento, diversificação e difusão do profissionalismo comum aos dois países. É crescente o número de profissões regulamentadas como é crescente o número de grupos ocupacionais que aspiram ao estatuto de profissão. No Brasil, o número de conselhos de fiscalização profissional é actualmente de 28, referentes a cerca de 40 profissões, e com tendência para aumentar. Em Portugal, existem cerca de 15 ordens e mais de 400 associações profissionais, de entre as quais a grande maioria aspira ao estatuto de associação pública. É crescente também o número de profissionais e potenciais membros dos conselhos e das associações profissionais. Dois exemplos apenas: o grupo profissional dos engenheiros, em Portugal, que nos anos 70 tinha cerca de 15 mil membros, comporta actualmente cerca de 100 mil; no Brasil, em 2002 foram recenseados cerca de 300.000 engenheiros e, actualmente, estão matriculados nos cursos de engenharia cerca de 200.000 estudantes.

Na base do crescimento das profissões está, como sabemos, o enorme crescimento do ensino superior que, a partir dos anos 70, tanto em Portugal como no Brasil, passou a colocar no mercado de trabalho milhares de activos com diploma.

Em Portugal, o número de activos que passaram pelo ensino superior mais do que duplicou entre 1991 e 2001: passou de 420.000 para 778.000, representando respectivamente 10% e 16% da população economicamente activa. No Brasil, o crescimento é também assinalável: assim, no início de década de 90 (em 1993) o número de activos com mais de 15 anos de escolaridade era de 3,6 milhões (5% da população activa); no final da década era de quase 5 milhões, representando 6,1% da população activa.

Nos próximos anos, o número de diplomados do ensino superior que chegarão ao mercado de trabalho continuará, previsivelmente, a crescer, assim como continuarão a diversificar-se as áreas de formação. Actualmente, em Portugal, a população estudantil no ensino superior é da ordem dos 400 mil indivíduos, sendo o número médio anual de diplomados de cerca de 50 mil, tendo-se multiplicado os cursos, o nível e o tipo de formações. No Brasil, o número de alunos matriculados no ensino superior era, em 1980, de 1.350.000; actualmente e, segundo o último censo, é de 3,9 milhões, sendo o número de diplomados superior a meio milhão no último ano.

Este crescimento, ou seja, a maior diversidade de grupos ocupacionais e o aumento da dimensão dos grupos profissionais tradicionais, constitui um dos mais importantes elementos de mudança no mundo das profissões. A existência de um número muito maior de profissionais no interior de cada profissão afecta:

- em primeiro lugar, a composição interna dos grupos porque, incidindo sobre uma base mais larga de recrutamento, passa a incluir, por exemplo, mulheres, indivíduos de diferentes origens (sociais, étnicas, etc.), ocasionando novas segmentações internas;

- em segundo lugar, as condições de exercício profissional, a natureza dos trabalhos desenvolvidos, as condições de remuneração, a inserção e os percursos profissionais, as carreiras, etc., ou seja, o modo como as profissões se relacionam e como se integram no mercado de trabalho.

A observação destas alterações, das novas condições da relação entre profissões e mercado de trabalho tem baseado algumas das teses que apontam para a erosão do fenómeno das profissões e para a chamada tendência à (des)profissionalização, sublinhando, sobretudo, os processos de degradação do estatuto profissional³. Relembremos, todavia, duas notas importantes.

Primeira nota: as análises sobre as condições de exercício, de remuneração e de acesso às profissões ganharão se forem articuladas com a análise dos efeitos de dimensão, de crescimento e de heterogeneidade interna nas situações dos profissionais no mercado de trabalho. Em todos os grupos profissionais coexistem profissionais muito bem remunerados e com posições de poder e prestígio, com profissionais com baixas remunerações e ocupados em funções menos prestigiadas. Por outro lado, a relação entre o estatuto profissional e a situação de exercício profissional, em particular com a integração em organizações públicas ou privadas, requer uma atenção sistemática. Sendo os grupos profissionais internamente segmentados e hierarquizados, não podemos, nunca, tomar a parte pelo todo, sob risco de cairmos em generalizações abusivas.

Segunda nota: só a análise diacrónica ou temporal permite avaliar em que medida os mecanismos ditos de desprofissionalização funcionam, para o conjunto da profissão, como mecanismos de reforço do poder profissional, de alargamento da base de recrutamento e do campo de acção dos profissionais. Revela-se, assim, essencial, no estudo das profissões, a comparação no tempo ou no espaço dos fenómenos que se pretendem analisar.

Nesta matéria a única coisa que se pode concluir com relativa segurança, no que respeita ao futuro das profissões e ao sentido da sua evolução, é que as alterações internas das profissões, potenciadas por mudanças nas dimensões tecnológicas e de mercado, bem como pelo desenvolvimento das funções do Estado, através, designadamente, do lançamento de políticas públicas, têm consequências muito variadas em termos sectoriais e geográficos. Em alguns casos, assiste-se à criação de postos ou funções requerendo crescente autonomia e responsabilização dos agentes — isto é, à criação de espaços de *afirmação do profissionalismo*. Noutros, pelo contrário, os postos de trabalho tendem a dispensar ou a desvalorizar as capacidades e as competências individuais — isto é, são criados espaços de *desprofissionalização*.

3. Ver, a título de exemplo de análise dos processos de degradação das condições de trabalho de engenheiros, Bruno e Laudares (2000).

Crítica e defesa do profissionalismo

As profissões crescem e o profissionalismo difunde-se, mas o contexto social e cultural em que ocorre tal crescimento é muito marcado por uma clara ambivalência.

O lado mais conhecido dessa ambivalência é o da crítica das profissões e da desconfiança em relação ao profissionalismo, atitudes baseadas, sobretudo, nos resultados de alguns estudos realizados na década de 70. Nesses estudos as profissões são caracterizadas por terem uma *função social negativa* na medida em que, por detrás da ideologia do profissionalismo, desenvolver-se-iam mecanismos de fechamento social e de exclusão, originando e reproduzindo situações de dominação, de privilégio e de desigualdade social e económica. Os autores desses estudos sublinham como características-chave das profissões o monopólio do mercado de serviços profissionais e a orientação dominante por motivações económicas e de defesa do interesse privado dos seus membros.

Em simultâneo com o movimento crítico, emergiram modelos de gestão dominados pelas ideias de eficiência e de controlo dos custos, os quais se traduziram na criação de mecanismos de controlo e de limitação da autonomia dos profissionais, submetendo-os às lógicas organizacionais ou económicas — tendência muito evidente no caso dos médicos, dos cientistas e de outras profissões cuja actividade é predominantemente desenvolvida no quadro de grandes organizações complexas como são os hospitais ou as universidades.

No debate então lançado participaram outros autores que, em alternativa, sublinharam a *função social positiva* das profissões.

Deste lado da ambivalência, destacam-se vários aspectos. Em primeiro lugar, destaca-se que as profissões assentam num sistema de regras e de valores modernos, como os da racionalidade e do conhecimento, da meritocracia, da igualdade de oportunidades, do bem-estar social e da justiça, os quais se articulam de forma coerente com os sistemas de regras dominantes nas sociedades modernas e democráticas. Em segundo lugar, que no sistema de regras e de valores em que as profissões assentam estão inscritos a motivação altruística e a orientação da acção pelo desenvolvimento do conhecimento, da realização competente, da melhoria da qualidade dos serviços prestados e pela defesa do interesse público, e que estas motivações não são sempre, nem forçosamente, incompatíveis com o auto-interesse do profissional. Em terceiro lugar, considera-se que as profissões constituem uma forma alternativa de organização do trabalho e de autoridade baseada no conhecimento, e não em características individuais (como a raça, o sexo ou a idade), ou em recursos herdados (como a propriedade de capital ou a origem social). Finalmente, em quarto lugar, defende-se que o monopólio e o credencialismo, são elementos-chave dos privilégios económicos dos profissionais,

mas são também elementos-chave na realização de trabalho competente, no desenvolvimento do conhecimento e dos saberes profissionais. O controlo da formação, da certificação e da prática profissional está na base também dos elevados padrões de qualidade alcançados em muitas áreas de conhecimento. Freidson é o autor que vai mais longe, afirmando mesmo:

Sem um certo fechamento ou protecção não se concretiza o desenvolvimento disciplinar de um corpo formalizado de conhecimentos que requer a existência de grupos sociais cujos membros se identificam pela prática ou pela aprendizagem, distinguindo-se de outros pelo conjunto de tarefas, conceitos, problemas de trabalho e conjunto de soluções.

E pergunta: “que alternativas existem ao credencialismo na selecção e atribuição de lugares de trabalho?” (FREIDSON, 2000).

Estes debates de crítica e de defesa das profissões ganharam nova actualidade nos últimos anos com os processos de privatização de sistemas públicos e a avaliação dos seus resultados.

Na Europa, decorre, a partir de meados dos anos 80, uma onda de privatizações de serviços públicos em vários países, desde serviços de transporte e de distribuição de energia eléctrica e água, até serviços de saúde e de educação, que têm em comum o facto de se sustentarem na actividade de grandes grupos profissionais. Para além de outras motivações, este movimento tem subjacente a ideia de que é necessário tornar os serviços públicos mais eficientes e mais produtivos e que parte da sua ineficiência se deve ao corporativismo dos corpos profissionais, ao facto de estes se orientarem pela defesa dos seus interesses. Presume-se, ainda, que melhorias de eficiência e de produtividade podem ser alcançadas se os organismos desses sistemas públicos — como hospitais, escolas, universidades e institutos de investigação — forem submetidos, no seu funcionamento, às lógicas do mercado e da economia privada, se adoptarem modelos de organização de tipo burocrático-administrativo, devendo ser, neste novo quadro, dirigidos por gestores e não por profissionais. Tal movimento, muito em moda na Europa mas não só, tem envolvido a iniciativa de governos, a pressão de interesses económicos organizados e a resistência e oposição de grupos profissionais.

Os resultados de tais processos de privatização e de submissão de serviços públicos e profissionais às lógicas do mercado e dos interesses económicos privados começam agora a ser avaliados. Em muitos casos, conclui-se que se desmantelou o serviço público e se degradou a sua qualidade, tendo sido gravemente lesado o interesse público. Os casos mais paradigmáticos são os da distribuição de energia eléctrica nos EUA e o do transporte ferroviário em Inglaterra, cujos processos de privatização resultaram na quase destruição dos serviços prestados, na perda abso-

luta de qualidade mínima nesses serviços e em acidentes que causaram enormes prejuízos públicos. Exige-se, agora, e de novo, a intervenção do Estado, em alguns casos já concretizada (como é o caso da re-nacionalização, pelo governo trabalhista inglês, dos caminhos de ferro).

Para abreviar, o estudo e acompanhamento destes casos revelou que os grupos profissionais se constituíram, nos processos referidos, como elementos de garantia da defesa do interesse público. Entre o Estado e o mercado, entre as lógicas burocrática e economicista, apresentam-se como portadores de valores alternativos orientados para a defesa da qualidade e da universalidade dos serviços profissionais, para a realização do trabalho subordinada a critérios de competência, para o desenvolvimento dos conhecimentos, a independência de julgamento e de acção na prestação do serviço profissional. Ou seja, os grupos profissionais resistiram e opuseram-se à prevalência das lógicas de mercado, aos argumentos da eficiência e da redução dos custos quando estes se revelaram incompatíveis com a qualidade e a realização competente, com a autonomia e, portanto, com o interesse público.

É sobre este pano de fundo que a questão da orientação da acção dos profissionais e das suas associações, da prevalência ou não do interesse público sobre o auto-interesse, bem como das condições para uma efectiva independência ou autonomia profissional, tem sido debatida. Mas se estes novos estudos permitiram uma certa reabilitação das profissões ou *renascimento do profissionalismo*, como diz Friedson, tal não tem sido suficiente para repor a confiança.

Podemos, talvez, aceitar que a razão da ambivalência radica na própria natureza das profissões. No mundo das profissões, a dedicação extrema, o altruísmo, a autonomia e a elevada competência coexistem com o seu contrário. As visões sobre elas podem ser muito divergentes porque elas são, por excelência, instituições que condensam uma grande ambiguidade. Convergem nelas tensões ou conflitos entre vários pares de valores sociais. Entre essas tensões podemos destacar:

- a tensão entre *abertura e fechamento social*, ou seja, a tensão resultante da aplicação de normas que visam garantir o princípio democrático da igualdade de oportunidades — especificada, por exemplo, no acesso ao ensino e às profissões —, em conflito com os movimentos de protecção de interesses, de fechamento dos mercados de serviços profissionais, minimizando os processos de perda de privilégios e a degradação das condições de trabalho;
- a tensão entre *massificação e especificação meritocrática*, ou seja, a tensão entre os processos de massificação que resultam da extensão de direitos e garantias individuais básicos e a diferenciação resultante do mérito e/ou da desigual distribuição de outros recursos;
- a tensão entre *autonomia e controlo*, ou seja, a tensão entre o poder de decisão dos profissionais na resolução de problemas (poder assente na autoridade dos

saberes e competências técnicos) e a necessidade de institucionalização de mecanismos de responsabilização individual e de controlo social dos processos e dos resultados;

- a tensão entre *interesse público* e *interesse privado*, ou seja, a tensão resultante da sobreposição (ou da ausência de clarificação) dos interesses, muitas vezes antagónicos, do bem público, do Estado, dos cidadãos, de grupos económicos organizados, de membros do grupo profissional, da associação que os representa ou do seu líder.

A questão decisiva é não a superação destas tensões, mas a construção de equilíbrios que sejam compatíveis com o funcionamento das sociedades democráticas. Especifiquemos este argumento.

O fenómeno das profissões induziu uma mudança no mundo do trabalho que foi a extensão do credencialismo e das situações de monopólio. De facto, a difusão dos valores do profissionalismo — da competência, da qualidade dos serviços, do conhecimento formal — tem vindo a mudar a relação dos grupos ocupacionais com as instituições de ensino, por um lado, e com o mercado de trabalho, por outro. Regista-se uma tendência para generalizar não apenas a exigência de diplomas e de formação formal como condição de acesso a determinadas áreas de actividade, mas também a aspiração à criação de situações de monopólio ou de protecção de mercado.

Tal tendência, quando excessiva ou injustificada técnica e socialmente, em primeiro lugar no que respeita ao credencialismo, pode comprometer o espaço e o valor social da aquisição de competências pela experiência, gerando injustificados processos de uniformização social. Sobretudo, pode comprometer a autonomia e a independência das instituições de ensino, submetendo-as a lógicas exclusivamente profissionais tanto no que respeita ao número de alunos que acedem à formação, como no que respeita à formulação dos conteúdos de ensino. Em segundo lugar, e no que respeita aos monopólios e protecções de mercado, sempre justificados com a defesa da qualidade dos serviços prestados, trata-se, simultaneamente, de mecanismos de fechamento social e de protecção de alguns grupos de interesse, o que implica a exclusão de outros. Nos dois casos, credencialismo e monopólio, a questão decisiva é a do equilíbrio, sob risco de estar em causa o funcionamento da própria democracia. Como diz Friedson:

Não é o princípio do monopólio profissional baseado nas credenciais de formação e diplomas que é injustificado ou que é a base da exploração, mas sim as instâncias particulares em que o monopólio e as credenciais não são necessárias ou são abusivas (FREIDSON, 2000).

A responsabilização social das profissões

Na construção ou manutenção daqueles equilíbrios, mas também na conquista da confiança pública nas profissões, têm um papel decisivo as instituições de representação profissional — associações, ordens ou conselhos de fiscalização.

No modelo do profissionalismo, cabem a estas instituições, por delegação de competências do próprio Estado, as funções relativas à definição e controlo das condições de acesso e de exercício da profissão através da definição dos conteúdos profissionais e das competências de formação, bem como da manutenção e reforço da autonomia profissional. Mais importante para o ponto que estamos agora a tratar, cabe-lhes, neste âmbito, a promoção dos valores de orientação para a realização competente e a defesa do interesse público, através da definição de códigos de ética e de conduta profissional e de mecanismos de controlo do seu cumprimento.

A natureza do trabalho dos profissionais permite muitas oportunidades de conflitos de interesses que necessitam de ser controlados. Vimos que um desses potenciais conflitos é o que opõe interesses privados e interesses públicos. Os códigos de ética deveriam especificar pormenorizadamente — e condenar sem ambiguidades — todas as acções e circunstâncias nas quais a posição de privilégio dos profissionais é aplicada para gerar rendimentos e privilégios para além do valor do trabalho realizado.

Por outro lado, evidência empírica relevante aponta para o facto de, em tudo o que respeita ao controlo das condições de exercício profissional e de cumprimento dos códigos de ética, a actividade das ordens e dos conselhos ser irrelevante. Vários estudos fazem a análise dos processos disciplinares movidos contra profissionais que infringiram regras de conduta, verificando a quase inexistência de aplicação de sanções, o que contribui para alimentar mais a desconfiança do que a confiança nas profissões.

Esta omissão deve-se a um segundo tipo de ambivalência, referenciável, neste caso, ao estatuto das ordens e conselhos de fiscalização profissional. A questão é que estas organizações são simultaneamente públicas — de certa forma fazem parte do próprio Estado, com funções de fiscalização — e privadas, representando e defendendo os interesses do grupo profissional e dos seus membros. Esta ambivalência de estatuto, associada a todas as outras tensões que já identificámos, requer a definição de um programa normativo de convergência das profissões com os regimes democráticos. Permitam-me que sugira, para concluir, os termos possíveis de um tal programa:

- em primeiro lugar, institucionalização e reforço dos princípios democráticos no funcionamento interno das associações, ordens ou conselhos, como primeira garantia da independência das profissões;

- em segundo lugar, manutenção e reforço das articulações com as instituições de formação no respeito da autonomia académica, da democratização, abertura e igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior;
- em terceiro lugar, explicitação das condições e circunstâncias em que o interesse privado (dos membros da ordem) pode colidir com o interesse dos utilizadores dos serviços e efectivo controlo dessas situações;
- e, por fim, nas questões controversas de decisão política, procura de clarificação dos vários interesses envolvidos (interesse público, interesse privado dos membros da ordem, interesses económicos organizados, interesse dos utilizadores dos serviços, interesse do Estado), designadamente no caso das decisões que envolvam reforço dos mecanismos de protecção e monopólio do mercado de serviços, ou que envolvam a melhoria das condições técnicas e sociais da prestação e realização competente e independente dos serviços profissionais.

Steven Brint, um outro autor que participa nestes debates, no seu livro com o sugestivo título *Na era dos peritos: a mudança do papel dos profissionais na política e na vida pública*, argumenta que o profissionalismo se desenvolveu historicamente combinando dois tipos de autoridade: autoridade técnica (resultante do acesso a um corpo de conhecimentos complexos e a realização de um trabalho competente) e a autoridade moral (baseada na orientação para a valorização das finalidades sociais, da importante função social do trabalho realizado).

E diz que:

[Função desta autoridade técnica e moral] as profissões, nem democráticas nem capitalistas, jogaram um importante papel na formatação e, por vezes, de constrangimento, do desenvolvimento capitalista impondo o estabelecimento de standards de bem-estar social, de formação e de desenvolvimento cultural, das populações, criando soluções organizacionais e intelectuais para problemas públicos (BRINT, 1996, p.16).

A questão, na sua opinião, é que, com o crescimento e a massificação das profissões, a prevalência dos valores do mercado e da eficiência económica, as profissões actuais perderam ou estão em vias de perder a dimensão moral da autoridade profissional: já nem os próprios profissionais afirmam a importância social do seu trabalho como factor distintivo, preferindo afirmar a complexidade do seu conhecimento técnico e sua relevância económica. E desenvolve ao longo do livro toda uma argumentação a favor do desenvolvimento dos valores profissionais, destacando o papel das associações, mas também das universidades e dos intelectuais. De forma não explícita atribui aos estudos das profissões um papel impor-

tante na recuperação da autoridade moral das profissões como base da reconstituição da confiança social.

Referências bibliográficas

ABBOTT, A. *The System of Profession. An Essay on the Division os Expert Labor*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BRINT, S. *In an Age of experts. The Changing Role of Professionals in Politics and Public Life*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.

BRUNO, L.; LAUDARES, J.B. (org.) *Trabalho e Formação do Engenheiro*. Belo Horizonte: Ed. FUMARC/PUC-MG, 2000.

FREIDSON, E., *O Renascimento do Profissionalismo*. S. Paulo: Editora Universidade de S. Paulo, 2000.

FREIDSON, E., *Professionalism, the Third Logic*. Cambridge: Polity Press, 2001.

Recebido em 06 de dezembro de 2004 e aprovado em 21 de outubro de 2005.